



O REPOSICIONAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DE ABIAHY NOS DEBATES EDUCACIONAIS DO FIM DO IMPÉRIO

Suênya do Nascimento Costa
Universidade Federal da Paraíba
suenyacosta@outlook.com

Introdução

No Brasil da segunda metade do século XIX um vasto cenário de alterações sociais, culturais, econômicas e políticas se alastravam por todo território nacional. O país adequava-se a uma demanda de “ideias novas”, nos termos de Sílvio Romero, que já haviam surgido na Europa e nos Estados Unidos e espalhavam-se agora para o restante do ocidente chegando no Brasil Império. O processo de alteração do regime foi marcado por um gradual desgaste da monarquia. Assim, em fins do Império e início da República era possível identificar dois grupos de pensamento sobre a nova forma de governo e as ideias que circulavam derivadas dessas transformações do final do oitocentos.

No primeiro grupo identificam-se os chamados republicanos históricos, nos quais ansiavam pela queda do regime monárquico e, ao instaurar o novo modelo político, esses sujeitos teriam voz e espaço no novo governo. O outro grupo, que nos interessa e nos debruçaremos nesse texto, remete aos adesistas, um grupo que permaneceu monarquista até as vésperas da proclamação republicana e que, ao aderir ao novo regime, tiveram que ajustar seu discurso e suas ideias para continuar no poder. Desta forma, vislumbraram maiores opções políticas e estratégias para participar efetivamente do novo governo que se instaurava.

Diante do novo sistema de governo inaugurado a 15 de novembro de 1889, os atores políticos do final do século XIX que se viram, então, diante do novo regime estabelecido, tiveram um reposicionamento de suas ideias em torno de elementos centrais desse período e a instrução estava na pauta dessas discussões como parte das





concorrências políticas, principalmente nas páginas dos periódicos, nos pronunciamentos parlamentares e relatórios de presidentes de província.

Assim, com o respaldo teórico metodológico da Nova História Política (REMÓND, 2003) entrelaçando com o campo da História da Educação, pretende-se nesse artigo, destacar a atuação de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha – o barão do Abiahy - pertencente do partido Conservador e uma figura influente na província da Paraíba durante a segunda metade do XIX e primeiros anos da república. Analisando, assim, a partir de uma concepção adesista e liberal do ponto de vista de suas ideias em torno da instrução pública, o discurso e o pensamento envolvendo as reformas educacionais para continuar em condições de mando e controle político.

Dentre essas características, adesista e liberal, dos debates trazidos por Carneiro da Cunha, destacam-se vários momentos como na defesa da propagação da instrução para o povo, instrução para os ingênuos após a Lei do Ventre Livre, instrução destinada aos libertos após o fim da escravidão, o ideário do Ensino Livre, criação de aulas noturnas para o público adulto trabalhador.

1. Barão de Abiahy: trajetória intelectual e política

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha nasceu em 31 de agosto de 1831. Faleceu em 8 de abril de 1892 a bordo de um vapor próximo ao litoral recifense. Foi presidente da província paraibana (1874 -1875) e das províncias do Rio Grande do Norte (1870-1871), Alagoas (1873) e Maranhão (1873). Ingressou no Partido Conservador, fundado por sua família, elegendendo-se deputado provincial para as legislaturas de 1856-1857 e de 1862. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. Em 1868 assumiu o cargo de diretor de Instrução Pública do Lyceu Parahybano - instituição de ensino secundário que desempenhou um papel fundamental na formação da intelectualidade na província paraibana. (FERRONATO, 2012).

Ingressou aos 17 anos na Faculdade de Direito de Olinda que formou-se em 1853 e nesse período as Faculdades de Direito devem ser pensadas como espaços de sociabilidade relevantes. Essa formação superior na área jurídica contribuiu para a elite intelectual do período, segundo José Murilo de Carvalho (2010), com a manutenção de um caráter





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ideológico homogêneo e um treinamento profissional muito semelhante. Essa unificação serviu, portanto, para a manutenção do Império. (CARVALHO, 2010).

Atuou como advogado, também foi inspetor da alfândega das províncias paraibanas, do Amazonas e do Maranhão. Além de Delegado de Polícia e promotor público. Foi um dos quatro barões que a Paraíba possuiu. Estava inserido em um grupo restrito da elite paraibana formado por cinco homens que receberam títulos nobiliárquicos no transcorrer do Segundo Reinado (1840-1889).¹⁴⁶ Conforme (SEAGAL, 2014), no curto período entre 1888 e 1889 foram concedidos 173 títulos de Barão. Os títulos de barão eram “tradicionalmente reservados para os grandes proprietários rurais, sobretudo para aqueles que se distinguiram por seu poder e riqueza, mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política.” (CARVALHO, 2010, p. 258).

Podemos, portanto, afirmar que as elites políticas regionais colaboravam com o projeto político nacional na construção do Estado, e não apenas as elites concentradas no governo central tinham esta função. Esta relação entre centro e periferia é analisada pela Mirian Dolhnikoff (2003) como sendo primordial para uma organização institucional garantindo a articulação de todo território nacional. A autora afirma que

Tanto conservadores como liberais defendiam modelos cujas diferenças não impediam a existência de pontos comuns, entre eles a defesa de que o centro deveria estar aparelhado para promover a articulação do todo e, ao mesmo tempo, deveria conviver com a autonomia das partes, de forma que integrasse ao Estado os grupos nelas dominantes. O que consideravam ser imprescindível para a viabilização do próprio Estado. (DOLHNIKOFF, 2003, p. 433).

Apesar de monarquista, o barão de Abiahy assumiu como vice-presidente o Governo do Estado, aderindo ao novo regime, a República. Com isso, diante do exposto até aqui, pode ser que auxilie o leitor a situar melhor este sujeito em questão e compreender seus posicionamentos a partir dessa descrição de biografia e trajetória. Fazer uso das filiações partidárias e dessa trajetória biográfica para analisar personagens da elite

¹⁴⁶ Sobre a padronização dos pesos e medidas, coube a Carneiro da Cunha durante sua presidência na província paraibana implementar a padronização e disso surgiu o Movimento de Quebra Quilos que lutava contra a implementação do decreto imperial. Foi durante o governo de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na presidência da Província da Parahyba do Norte (1874 - 1876) que a revolta dos quebra-quilos deflagrou. Sobre a forma como o presidente atuou e como os periódicos relataram estes acontecimentos ver dissertação de mestrado de Costa (2017).





política imperial e compreender os posicionamentos desses sujeitos a partir dos partidos políticos pelos quais defendiam, ajuda a elucidar questões em relação às posturas adesistas e à temas centrais da formação do Estado como a instrução e o progresso. Temas estes encontrados na atuação política de Carneiro da Cunha e que será melhor abordado nesse texto.

2. Ideias, embates e atuação de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha

Na segunda metade do século XIX, sobretudo nas últimas décadas do Império, o aumento das fileiras republicanas levou os chefes partidários e líderes parlamentares à cogitarem sobre a necessidade de reformas. Constituiu-se uma conjuntura delicada para a ordem imperial como redefinições político-partidárias, a escravidão enquanto sustentáculo da ordem imperial, os efeitos ocasionados pela Guerra do Paraguai, as reformas educacionais nos moldes liberais, dentre outras questões que efervesciam naquele momento. O fato é que a hegemonia saquarema estava em declínio. Havia uma ruptura no quadro de direção que os próprios conservadores consolidaram dentro da monarquia:

O debate sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, cindiu a elite política imperial. A ala favorável à modernização da economia e do sistema política queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. Outros, sobretudo os conservadores “emperrados”, temiam que quaisquer reformas solapassem as instituições políticas e a hierarquia social. (ALONSO, 2014, p.89).

Estas disputas e negociações penetraram a esfera parlamentar e o próprio sistema político do Império. E as demandas reformistas das décadas de 1870 e 80 seguiam um rumo direcionado para a mudança do regime de trabalho. Tais propostas, salientando que partia de um governo conservador, ao mesmo tempo em que enfraquecia os liberais também acabou afetando os conservadores, que, evidentemente, se dividiram.

Ou seja, nesse momento, os conservadores, na resistência às práticas reformistas que assumiam certos gabinetes, abriam cisão em suas hostes. Por seu turno, os liberais também ficavam enfraquecidos, pois suas bandeiras de luta acabavam sendo esvaziadas ao serem debatidas e aprovadas em gabinete do partido rival. Como bem sintetizou Joaquim Nabuco a respeito da rivalidade e do clima que se formou entre e nos partidos com a





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

metáfora de que aos conservadores cabia o papel “de incubar no poder os ovos, que são as reformas, depositadas em seu ninho pelo Partido Liberal”. (NABUCO, 1884, p. 39).

A lei do Ventre Livre de 1871, por exemplo, de atuação reformista, ainda mais em assunto ligado às elites agrárias, sobretudo conservadora, levou à progressiva perda de legitimidade política, contribuindo ainda mais para a fissura dos partidos, iniciada na década de 1860. Para alguns, ela foi um reflexo do caráter abolicionista do reinado de Dom Pedro II. Já para outros, foi uma forma encontrada pelo Império para agradar os abolicionistas e garantir segurança aos proprietários de escravos por pelo menos uma geração. (COSTA, 2017).

Por isso, chama a atenção a relação feita por Carneiro da Cunha, então presidente da província alagoana, sobre a instrução através de aula noturnas destinadas aos ingênuos após a promulgação da Lei do Ventre Livre na província de Alagoas. Percebe-se o caráter adesista em seu pensamento educacional. Para ele,

As aulas nocturnas por toda parte têm produzido tão benéficos resultados, que dispenso-me d’encarecer-vos tão importante melhoramento. Ellas têm até sido inauguradas com entusiasmo. Com efeito, esta generosa idéa virá preencher uma grande lacuna no ensino primário, e principalmente depois da reforma do estado servil. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p. 23).

Na fala do presidente, observa-se que a educação noturna não era tida como um direito, mas sim, como um favor, ou ato de caridade dos seus idealizadores. Haveria uma demanda de libertos sem instrução e as aulas noturnas entrariam como alternativa para essa parcela da população associada ao processo de civilização dessas pessoas. Carneiro da Cunha afirmou que os órgãos de imprensa divulgaram essas notícias a fim de propagar suas ações diante da Lei do Ventre Livre:

Tenho a satisfação de comunicar-vos (e será esta a chave do presente artigo) que a provincia de Alagôas, acompanhando o sentimento geral do paiz acerca da civilisadora lei da emancipação do estado servil, manifestou-se pelos órgãos da imprensa, por algumas de suas primeiras corporações, e diversos funcionarios públicos, de modo superior à todo elogio. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.7).

Uma leitura superficial da citação, poderia levar o leitor a pensar que a postura de Carneiro da Cunha era de defesa ao fim da escravidão e que estava preocupado com o que seria dos filhos dessa população e assim pensou uma proposta de instrução a partir de





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

aulas noturnas e construção de uma escola destinada à formação de primeiras letras para os ingênuos, os filhos dos escravizados beneficiados com a Lei do Ventre Livre.

Entretanto, se tomarmos essa citação como reflexo das ideias sobre a escravidão e seu fim que circulava, entre a elite conservadora ou entre as pessoas que integravam em grupos de movimento abolicionistas, o que vemos na postura de Carneiro da Cunha evidencia o paradoxo da sociedade escravista do oitocentos que esbarrava na relação entre o fim da escravidão e as razões morais, religiosas e humanitárias, como podemos perceber na citação a seguir:

A lei n. 2.040 de 28 de Setembro do anno próximo passado, satisfazendo á uma das vivas e ardentes aspirações do paiz, já em relação aos sentimentos elevados e generosos dos brasileiros, e já em relação ao espirito do século, que não tolera a perpetuidade da escravidão á par do christianismo, vein pôr em contribuição a prudencia e sabedoria do governo, a abnegação e patriotismo do paiz. A prudencia e sabedoria do governo; porque é preciso não despertar de qualquer modo da parte dos escravos outros sentimentos, que não sejam de muito amor e de muita obediência á seus senhores. A abnegação e patriotismo do paiz; porque é preciso que de qualquer modo não seja perturbada a obra muito gloriosa da regeneração social, embaraçando-se os seus benéficos effeitos. Sendo a idéa capital desta lei a emancipação do ventre, as vistas do governo e do paiz devem volver-se para a geração nascente, preparando-lhe estabelecimentos d'educação. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.5).

Na província da Parahyba do Norte observamos os jornais felicitando os senhores que concediam cartas de alforria aos seus escravizados. Em fevereiro de 1885, o então presidente da província, Antônio Sabino do Monte, visitou à Vila de Independência, atual cidade de Guarabira e os jornais relataram muitos senhores que, naquela ocasião da visita do presidente, concederam cartas de alforria. Entre eles é citado Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, que tinha se comprometido de também alforriar uma escrava:

O nosso ilustre correligionário abolicionista e estimável amigo Dr. Amaro Beltrão, para solenizar a visita do Exm. Sr. Dr. Monte concedeu carta de liberdade sem ônus algum, a três de seus melhores escravos, passando incontinentemente as notas do tabelião público aquele humanitário ato. O digno juiz de direito da comarca Manoel da Fonseca, inspirado nos sentimentos filantrópicos de seu belo caráter de abolicionista, libertou dez de seus escravos com isenção de condições cujas cartas tomou em notas o tabelião. O sr. Tenente coronel José Maria da Cruz Marques, libertou também nessa ocasião dois escravos sem condição alguma apenas guiado pela nobreza d'alma que possui. O sr. Capitão Manoel Laurentino Pereira de Lyra em ato contínuo, manumitiu nas mesmas condições dois escravos João e Marcolino. O exm. Sr. Comendador Silvino Elvidio Carneiro da Cunha imitando aqueles cavalheiros comprometeu-se solenemente a libertar logo que chegasse a capital sua escrava Januária (DIÁRIO DA PARAHYBA, 1885).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Pelo menos, no que tange a instrução dos filhos desses escravizados, podemos inferir que locais como os que fora pensado por Carneiro da Cunha para educação dos libertos do Ventre Livre, seriam uma das estratégias utilizadas para a instrução dessa população.

Compenetrado deste elevado pensamento, e interpretando fielmente as vistas magnanimas do Governo Imperial, tomei a resolução de reunir no dia 2 de Dezembro proximo findo neste paço o maior numero de cidadãos de todas as opiniões politicas, afim de, entre outros nobres commettimentos, despertal-os no da construção de asylos apropriados á criação e educação dos libertos da nova lei. Para isto nomeei uma comissão de cinco membros em cada comarca, encarregada de organizar a respectiva associação, que deverá conter um duplo fim: Emancipação dos escravos, criação e educação dos libertos. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.5).

O gabinete Rio Branco efetuou muitas outras reformas além da Lei do Ventre Livre, tais como: reforma judiciária, reforma educacional, introdução do sistema métrico que padronizou pesos e medidas¹⁴⁷; expansão da rede ferroviária, etc. Essas duas últimas tiveram participação efetiva do Carneiro da Cunha, na década de 1870. (COSTA, 2017).

O debate em torno da liberdade de ensino, (ou ensino livre) estava na pauta do dia em todo Império. Instituída em 1879 pelo ministro Leôncio de Carvalho, essa reforma educacional definia a instrução primária como um ensino obrigatório e livre. Carneiro da Cunha expôs, anos antes do decreto, seu posicionamento contrário ao ensino livre:

Reconheço que nos primeiros dias de nossa existência política seria um erro, até um perigo, o ensino livre, quando os princípios de ordem e liberdade, o amor ao trabalho, e o incentivo pelos grandes commettimentos não se achavam ainda bem radicados no espirito público, podendo ser facilmente abalado pelas falsas e perigosas douctrinas. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874, p.27).

Sua postura contra esta reforma pôde ser identificada também quando presidiu a província de Rio Grande do Norte, em 1870:

Dever-se-há estabelecer a liberdade do ensino? **É minha opinião, que em nosso paiz actualmente não é conveniente, ou antes é ella susceptível de perigos sociaes.** Conquanto, saiba que o coração do menino se forma primeiramente no seio da família, dos conselhos, dos exemplos, das virtudes de seus pais, força é confessar que ou pela fraqueza da infância, ou pela força do ensino, **póde modificar-se, senão degenerar.** (RIO GRANDE DO NORTE, Província do. Relatório, 1870, p. 28. Grifos nossos).

¹⁴⁷ O termo 'Silvinista' remete-se à Silvino Carneiro da Cunha, o barão de Abiahy.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A preocupação naquele momento estava relacionada com o modo por meio do qual esse ensino livre transmitiria doutrinas para a construção de um modelo de sociedade. O Estado não apresentava as devidas condições de sustentar tal reforma, pois exigia uma prática de liberdade num país marcado pela centralização, impedindo a implementação de uma ordem liberal. Mas, anos depois, em 1874, Carneiro da Cunha mudou o discurso acerca do ensino livre passando a ser amplamente defendido:

Hoje, porém, que todos os partidos, todas as opiniões disputam entre si a primazia no amor por estes bons princípios, hoje que todos, sem exceção de classes e condições, procuram ilustrar-se para melhor servirem à causa publica: será um grande erro não deixar largar às nossas aspirações. Quem souber ensinar que ensine; quem quiser aprender que procure o seu melhor preceptor. **O Governo dê a instrução pública, á que é obrigado: mas aprenda cada um onde quiser, e com quem julgar mais apto. O correctivo do mau professor estará no abandono dos discípulos.** (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874, p.27. Grifos nossos).

A mudança de opinião de Carneiro da Cunha pode ser compreendida pelo fato de que o dever de ofertar o ensino e de frequentá-lo são transferidos para a sociedade, a iniciativa educacional não é mais do Estado, o que torna um discurso característico dos grupos liberais do século XIX. O ensino livre, seria, portanto, a expressão ideológica de um liberalismo formal nas elites intelectuais e políticas daquele período.

Com a chegada da abolição da escravatura, os jornais paraibanos noticiaram as celebração da população nas ruas. Em matéria intitulada “*As festas da liberdade*”, o periódico Arauto Parahybano, publicou em 20 de maio de 1888 o seguinte texto:

Grande massa popular estava em frente à typografia da “Gazeta” quando chegou a tribuna o dr. Bernardino que, com sua palavra fácil e poderosa, falou em nome da mesma folha[...] daí seguiu a passeata para o palácio d a presidencia, onde o comendador Silvino, em nome do sr. Presidente que não se fazia aparecer por guardar o leito a sua consorte, brindou ao Brazil livre e ao parlamento brasileiro. [...] (ARAUTO PARAHYBANO, 1888)

A presença de Carneiro da Cunha (que meses mais tarde, em agosto daquele ano, receberia o título de Barão de Abiahy), enquanto 1º vice-presidente da província, substituiu a presença do próprio presidente de província, torna explícita seus mecanismos de estratégias em manter sua influência e se perpetuar no poder:

[...] Para o dia seguinte (2ª feira) fora convidado por boletins o público parahybano para a festa promovida pela redação do Despertador. A copiosa chuva que cahio no correr do dia mencionado, não permitiu o sahimto da passeata realizando-se porém no dia imediato (3ª feira). O comendador Silvino,





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

em seu palacete, tratando igualmente da grande questão, disse que ella não era de nenhum dos partidos políticos, e lembrou o Visconde de rio Branco e conselheiro Dantas, Saraiva e João Alfredo, cooperadores fortes da realização da questão do elemento servil. (ARAUTO PARAHYBANO, 1888).

Considera-se, assim, que o controle político acaba refletindo, nesse sentido, nas honras que o poder imperial, reconhecendo a predomínio sobre a província, concedia e reforçava tal poderio ao mesmo tempo legitimava a própria monarquia, reforçando suas instituições, sujeitos, valores e revigorando o seu discurso.

Com a chegada de República, o então barão de Abiahy viu-se em meio a reorganização das forças políticas e partidárias e dessa forma observava um meio de emergir ao novo regime. Não é a proposta desse artigo se ater ao período da República, como fica explícito no título e nos seus objetivos. Contudo, é interessante apontar, ainda que de forma sucinta, a tentativa do barão de Abiahy permanecer no poder e continuou no centro das discussões políticas no início do novo regime.

Segundo Gomes (2017), eram conhecidas as relações particulares e partidárias entre o novo representante da república, o governador da Paraíba Venâncio Neiva, e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha - o barão de Abiahy. Linda Lewin (1993, p. 208) afirma que Venâncio Neiva era um Conservador ‘Silvinista’¹⁴⁸, membro da corrente daquele partido e leal ao barão de Abiahy. Ele já havia, antes de Venâncio, se aproximado da junta governista que foi instaurada na Paraíba dias após a proclamação da República de forma provisória.

De maneira estratégica, o então secretário de Estado, Eptácio Pessoa, teve um papel essencial na tentativa de legitimar Venâncio Neiva nos primeiros meses de governo. Eptácio Pessoa trabalhou no sentido de separar a imagem de Venâncio Neiva da representação monárquica que se tinha de Abiahy e empenhou-se em criar uma imagem do governo e do Venâncio Neiva como legítimos representantes dos princípios republicanos.

¹⁴⁸ Graduado em História pela Faculdade Integrada de Patos (FIP). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG) onde desenvolve a pesquisa intitulada “Por Deus e pela Pátria”: por uma educação confessional e civilizadora na cidade de Patos-PB (1937-1945), sob a orientação do Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Epitácio Pessoa sabia como o jogo político poderia configurar-se favorável à figuras como o do barão de Abiahy, por isso, através do jornal Gazeta da Parahyba, utilizou-se da importância que recaía sobre o prestígio pessoal e político de Carneiro da Cunha e desses sujeitos que, ligados a monarquia, aderiam de última hora à situação dominante. Ou seja, era preciso derrubar o prestígio do Barão, não era suficiente apenas afastá-lo do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação política de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha coincidiu no mesmo período da radicalização do reformismo da segunda metade do século XIX. O panorama político liberal encontrava-se marcado pelo brado da urgência de reformas e neste contexto as ideias do sujeito aqui debruçado começaram também a se adequar. Na medida em que a própria campanha abolicionista tomava corpo, Carneiro da Cunha dilatou seu reformismo.

Ainda que sua imagem se associasse parcialmente ao seu esforço de auto definição, ao longo das últimas décadas do oitocentos de fato ele se notabilizou como aguerrido adesista. Suas propostas foram sendo buriladas em seu conjunto de ideias, conforme o intelectual e o político amadureciam.

Por isso, a escolha de um sujeito, Carneiro da Cunha, para um melhor entendimento da atuação de um líder político com características majoritariamente conservadoras ajuda a compreender como seu grupo percebia a realidade e a partir daí, de acordo com seus interesses, ao aderirem ou não determinadas ideias, lutavam por uma mudança ou conservação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. Apropriação de ideias no segundo reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) **Brasil imperial**, Volume III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014, p. 83 – 118.

COSTA, Suênya do Nascimento. **As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na província da Parahyba do Norte (1874 - 1876)** – Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István. (Org.). **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo, Unijuí, Fapesp, 2003.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

FERRONATO, Cristiano. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial:** as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). 2012. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal da Paraíba, PPGE, João Pessoa, PB, 2012.

GOMES, Jordan Queiroz. **O Estado da Parahyba e a representação da república:** Epitácio Pessoa e a (re)afirmação da tradição familiar à época do governo de Venâncio Neiva (1889-1891). 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851726_ARQUIVO_OESTADO_DAPARAHYBA-IORDANQUEIROZGOMES.pdf. Acesso em 5 de novembro de 2019.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NABUCO, Joaquim. **Campanha Abolicionista no Recife:** Eleições de 1884. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2005.[1884].

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SEGAL, Myraí Araújo. **Nas Teias do Poder:** As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889). Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade:** O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888). Dissertação de Mestrado, PPGH, UFPB, 2016.

Fontes

ALAGOAS, Província das. **Relatório Provincial.** Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da Província das Alagoas no acto de sua installação em 7 de fevereiro de 1872 pelo Presidente Da Mesma, O Exm. Snr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro Da Cunha. Maceió, Typ. Commercial De A.J. Da Costa, 1872. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/40/>. Acesso em: 10/04/2016.

ARAUTO PARAHYBANO 20 de maio de 1888, edição 18, p. 5 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=808865&pesq=SILVINO&pasta=a no%20189>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

DIÁRIO DA PARAHYBA, 10 de Fevereiro de 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=808865&pesq=SILVINO&pasta=a no%20189>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial.** Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/601/> Acesso em 12/09/2015.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial**. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 9 de outubro de 1875 pelo presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/602/000001.html>. Acesso em 12/09/2015.

RIO GRANDE DO NORTE, Província do. **Relatório Provincial**. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo exm. sr.doutor Silvino Elvídio Carneiro da Cunha em 5 de outubro de 1870. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/854/>. Acesso em 24/04/2016.

